

Preocupado com desgaste, Bolsonaro demite ministro

Governo Ministro deixa o governo de forma abrupta e é substituído por assessor de Paulo Guedes

Desgaste com alta de preços de combustíveis derruba Albuquerque

Fábio Murakawa, Rafael Bittencourt e Mathews Schuch
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, foi demitido ontem de maneira inesperada pelo presidente Jair Bolsonaro. No lugar do almirante, foi nomeado Adolfo Sachsida, economista, funcionário de carreira do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (Ipea) e assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A gota d'água para a demissão, segundo relatos colhidos dentro do governo, foi o reajuste do diesel anunciado pela estatal Iguaçu dois dias após os alertas feitos a Albuquerque pelo presidente em sua "live" semanal nas redes sociais. Também foram decisivos para a demissão embates com a equipe econômica por conta de subsídios e da política de preços da estatal, de acordo com fontes palacianas ouvidas pelo Valor.

A queda de Albuquerque é vista como uma resposta política à alta dos combustíveis. O presidente está preocupado com o impacto eleitoral da inflação de dois dígitos, que vem ganhando grande impulso com as seguidas altas dos combustíveis promovidas pela Petrobras. Bolsonaro tentará a reeleição

neste ano e tem como concorrente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder das pesquisas.

Apesar disso, é unânime dentro do governo a opinião de que a troca de ministros terá efeito nulo na política de preços da Petrobras.

O almirante também deixa o posto em meio ao desgaste entre o governo e o Centário por conta de um projeto bilionário de construção de gasodutos pelo país. Membros da ala política do Executivo, contudo, negam que isso tenha relação com a saída do ministro. O "Diário Oficial da União (DOU)" de ontem registrou que a exoneração de Albuquerque ocorreu "a pedido". E, em nota, o Ministério de Minas e Energia informou que a demissão foi de "caráter pessoal" e decidida de "forma consensual" em reunião com o presidente da República, Jair Bolsonaro.

O almirante, no entanto, foi surpreendido, segundo relatos. A decisão também pegou desavisados todos os secretários e assessores diretos do então ministro, que classificaram a iniciativa do chefe do Poder Executivo, num primeiro momento, como "imprevisível".

Até a véspera, Albuquerque mantinha normalmente a sua agenda de compromissos oficiais e cuidava dos preparativos para a

viagem, na próxima sexta-feira, para Washington (EUA), para a 24ª Reunião Ministerial do Fórum de Energia Brasil-Estados Unidos (US-EEF). Sua participação no evento, uma iniciativa do ministério com o Departamento de Energia (DOE, na sigla em inglês), lançada em 2019, seria segunda-feira, 16.

O clima de consternação que tomou os auxiliares diretos de Albuquerque é atribuído à impossibilidade de atender às expectativas do presidente em relação ao controle de preços dos combustíveis e dos dividendos da Petrobras.

O aumento do diesel preocupa Bolsonaro também porque, além do impacto em uma inflação já elevada, atinge em cheio os caminhoneiros. A categoria é uma sólida base de apoio do presidente e, além disso, tem o poder de parar o país caso promova uma greve, como ocorreu em 2018 durante a gestão de Michel Temer.

Com poucas chances de uma reversão da política de preços da empresa, dizem fontes palacianas, a queda do ministro serve para dar uma satisfação aos caminhoneiros e passar a impressão de que o governo está se movendo para encontrar solução para um problema sobre o qual o governo não tem controle: a infla-



Bento Albuquerque: queda é vista como resposta política do presidente Bolsonaro à alta do preço dos combustíveis

ção dos combustíveis.

Na segunda-feira, Albuquerque reuniu-se com o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil) no Palácio do Planalto para discutir medidas para mitigar os efeitos do reajuste. Essas medidas estão sob análise. A demissão não foi tratada entre almirante e Nogueira, responsável pela articulação do governo. Sachsida só esteve no Palácio para tratar de sua indicação ao posto na noite de terça-feira.

Embora seja um técnico de carreira e viesse atuando como um auxiliar direto de Paulo Guedes, Sachsida há meses tem se aproximado de Bolsonaro e de suas pausas. Esteve, por exemplo, nas manifestações de 7 de Setembro em Brasília, nas quais o alvo principal foi o Supremo Tribunal Federal (STF). O episódio gerou atritos entre o Executivo e os demais Poderes.

Um auxiliar direto de Bolsonaro afirma que Albuquerque vinha se desentendendo com a equipe econômica. E que foi o ministro da Economia quem indicou Sachsida para o posto. Procurada, a pasta não se manifestou até o fechamento desta edição.

Ontem pela manhã, Bolsonaro disse a apoiadores no Alvorada que os combustíveis estão caros no mundo todo e o Brasil "foi um dos países que menos subiu preço das coisas" por ocasião da pandemia, sem comentar a troca ministerial. Diante de apoiadores que estiveram no exterior recentemente, Bolsonaro perguntou o preço dos combustíveis lá fora. Ao ouvir que no Canadá o litro da gasolina custa mais de US\$ 2, emendou: "Então está mais de R\$ 10 o litro". A maneira como Albuquerque, um almirante da reserva, foi demitido - praticamente - pelo Diário Oficial e sem nenhuma nota de agradecimento da parte do presidente - também desagradou alguns militares do governo. Entretanto, eles não se dizem surpresos pela maneira de operar de Bolsonaro, que já demitiu de forma humilhante outros auxiliares.

Militares como os generais Santos Cruz (Secretaria de Governo), Fernando Azevedo (Defesa), Régio Barros (Porta-Voz) e Santa Rosa (Secretaria de Assuntos Estratégicos) também deixaram o governo pela porta dos fundos.

Outro caso notório é do ex-ministro Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral), que coordenou a campanha de Bolsonaro e foi demitido poucas semanas após a posse do presidente. Bolsonaro sequer manifestou pesar pela sua morte, em março de 2020.

Ex-ministro deixa missões inacabadas

Fábio Couto e Rafael Bittencourt
Do Rio e de Brasília

Agora ex-ministro de Minas e Energia, o almirante de esquadra Bento Albuquerque deixou o governo Jair Bolsonaro sem concluir algumas missões programadas até o final deste ano. Um dos pontos

ministros que estavam no governo desde o início, foi apontado como "marinheiro de primeira viagem" em assuntos de energia e mineração assim que assumiu a pasta.

Albuquerque se deparou, logo no primeiro mês, com a tragédia do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Vale, em Brumadinho (MG). Além disso, teve a gestão marcada por uma das piores crises hídricas que o país atravessou, a ponto de um raciocínio de energia ter sido cogitado como uma possibilidade concreta no ano passado por especialistas.

A crise hídrica foi driblada com o acionamento de termelétricas, inclusive as chamadas "merchants", que não possuem contratos com distribuidoras ou no mercado livre, com custos que chegaram a mais de R\$ 2.400/MWh.

O governo criou ainda a ban-

deia de escassez hídrica para remunerar esse custo, com cobranças diretamente na conta de luz, e estruturou um empréstimo com um grupo de bancos para ser pago via tarifas de energia a partir de meados do ano que vem.

O alto custo das medidas emergenciais gerou projetos de decretos legislativos para sustar reajustes autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel), o que levou Albuquerque a se posicionar a favor da agência, defendendo o respeito aos contratos.

Essa crise sucedeu outra, causada pela pandemia, que retraiu fortemente a economia - e o consumo de energia - afetando o fluxo de caixa das distribuidoras de energia por causa da maior inadimplência. Outro empréstimo, a Conta-Covid, socorreu as distribuidoras, além do estabelecimento da bandeira verde em 2020.

Mas nem o pior cenário de escassez hídrica que atingiu o setor elétrico em 90 anos no Sul/Centro-Oeste, agravado pelo período da pandemia, foi capaz de provocar tamanho desgaste a Albuquerque como o preço dos combustíveis. A exoneração do cargo

aconteceu depois de mais um reajuste de combustíveis da Petrobras - no caso, o de 8,87% sobre os preços do óleo diesel.

Na semana passada, Bolsonaro havia criticado a Petrobras pelos reajustes, classificando-os como "um estupro", mas não havia indicado que trocaria o ministro. A alegação de Albuquerque ao deixar o posto é de que a decisão foi pessoal, mas neste caso a sucessora poderia ter sido a número 2 da pasta, a secretária-executiva Maristete Pereira.

Durante sua gestão, Albuquerque se empenhou para revitalizar a indústria nuclear e garantir a retomada do projeto de Angra 3 - esta sim das áreas que conhece com profundidade. O almirante chefiou dois programas estratégicos da Marinha que envolviam o desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear.

Apesar do destino ainda indefinido da privatização da Eletrobras no Tribunal de Contas da União (TCU), a aprovação da medida provisória que autoriza a operação é contabilizada como uma grande vitória do governo. Talvez esse seja o desafio

mais urgente do novo ministro, além de buscar uma proposta efetiva - e legalmente viável - para acalmar Bolsonaro em relação à alta dos combustíveis.

Alguns projetos defendidos por Albuquerque, que dependem da chancela do Congresso, ficaram pelo caminho. É o caso da regularização da mineração em terras indígenas, da flexibilização do regime de partilha no pré-sal e a proposta de modernização do setor elétrico que envolve a ampliação do direito dos consumidores à portabilidade da conta de luz.

Foi no setor de petróleo e gás que Albuquerque conseguiu emular algumas realizações importantes. Ele promoveu duas rodadas de leilão dos excedentes da cessão onerosa, que rendeu arrecadação de dezenas de bilhões para União, Estados e municípios. Além disso, aprovou estímulos à abertura do mercado de gás natural, associado ao compromisso de venda de gasodutos da Petrobras. A estatal também se comprometeu a vender parte de suas refinarias após assinar amplo acordo aprovado pelo Cade, antes costurado com o governo.

Presidente dá resposta política a problema que persistirá

Fernando Exman
De Brasília

Foi claro o ultimato dado pelo presidente Jair Bolsonaro ao então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, na "live" transmitida pelo chefe do Executivo na quinta-feira passada.

"Ministro Bento Albuquerque e senhor José Mauro [Ferreira Coelho], presidente da Petrobras, diretores da Petrobras, vocês não podem aumentar o preço do diesel. Não estou apelando. Estou fazendo uma constatação, levando-se em conta o lucro abusivo que vocês têm. Vocês não podem quebrar o Brasil. É uma pena agora. Petrobras, não quebre o Brasil",

afirmou o presidente. Irritado, completou: "Eu não posso intervir. Vocês têm lucro, têm gordura e tem o papel social da Petrobras definido na Constituição. Estamos em guerra. Petrobras, não aumente o preço do diesel".

O aumento veio e, imediatamente, gerou revolta entre caminhoneiros - deitador simpático a Bolsonaro. O Palácio do Planalto sabia que isso poderia ocorrer e a impressão, inclusive, foi que Bolsonaro sabia do aumento iminente.

Ele disse que não poderia intervir, mas era tudo o que poderia fazer. O preço dos combustíveis está no centro das preocupações do governo, que busca formas de desacelerar a inflação

a poucos meses das eleições. No Executivo, contudo, a discussão era como fazer isso sem provocar turbulências no mercado.

A fórmula encontrada foi positiva para o ministro da Economia, Paulo Guedes, que agora tem um interlocutor próximo em uma pasta estratégica. Aliados do governo no Congresso, que sempre cobicaram o Ministério de Minas e Energia, novamente não conseguiram colocar as mãos no que antes foi área de influência de uma ala do MDB.

Existe ainda um outro aspecto a ser notado: a despeito do destaque da ala militar neste momento em que Bolsonaro volta a atacar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de

novos integrantes do governo oriundos das Forças Armadas, destaque da Marinha, deixa o cargo de forma pouco prestigiosa.

Bolsonaro deu uma resposta política para um problema que persistirá. Entregou uma cabeça para desviar das críticas sobre a alta dos preços dos combustíveis, mas não conseguiu alterar a política de preços da Petrobras.

Seu trunfo será dizer que manteve o perfil técnico do ministério e pelo menos não o entregou para partidos políticos. Ou utilizou a pasta de Minas e Energia para ressuscitar algumas bandeiras liberais, como a privatização, que foram deixadas pelo caminho nos últimos anos.

Com exoneração, presidente da Petrobras fica 'isolado'

Análise

Francisco Góes
Do Rio

A exoneração do almirante Bento Albuquerque do Ministério de Minas e Energia (MME) deixa o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, sem o respaldo que tinha na pasta, na avaliação de fontes próximas da empresa. "Isolado", "pressionado", "alvo" foram algumas das palavras usadas por interlocutores para se referir à situação de Coelho depois da saída de Albuquerque do ministério.

Há relações umbilicais entre a Petrobras e o MME. O presidente da Petrobras se reporta ao ministro de Minas e Energia, que faz a ponte com o governo. Quando o nome de Coelho apareceu para substituir Joaquim Silva e Luna na presidência da Petrobras, em 6 de abril, a indicação foi interpretada como de-

monstração de força de Albuquerque. Coelho era visto como braço direito do almirante no MME, onde foi secretário de petróleo e gás.

Há incerteza sobre como ficam agora Coelho e o conselho de administração da Petrobras. Definido por conhecidos como um "técnico" na burocracia estatal, Coelho perde a proteção que tinha no MME, disse fonte. "Ele ficou sem ninguém lá", acrescentou.

Prestes a completar um mês no cargo, no domingo, Coelho vê aumentar a pressão sobre ele, que já não era pequena. Fonte próxima à alta administração da empresa entende, porém, que o perfil do novo ministro, Adolfo Sachsida, poderá favorecer ainda mais a construção de esforços do ministério com a área econômica para arrefecer a pressão sobre os preços: "O espírito é de cooperação [da Petrobras] com o novo ministro." A empresa vem colaborando na construção

de soluções e continuará a fazê-lo, disse a fonte, que viu a troca no MME com "tranquilidade".

Nesse debate há quem entenda que teria faltado "sensibilidade" à administração da Petrobras em fazer o reajuste de 8,87% no diesel, na segunda, na esteira das críticas do presidente Jair Bolsonaro à empresa. Mas esse é um tema sobre o qual não há consenso no colegiado da Petrobras. Fontes dizem que teria sido melhor a companhia ter optado, desde fevereiro, quando eclodiu a guerra na Ucrânia, por fazer reajustes menores (de centavos por litro) e em intervalos mais curtos. "Mas a escolha foi fazer dois reajustes espaçados por 60 dias aumentando o diesel, no total, em cerca de R\$ 1,30 por litro", disse fonte. E completou: "Entregou-se assim à degola dois nomes [Silva e Luna e Bento Albuquerque]."

Está claro, portanto, que o conselho da Petrobras não pensa igual, o que é saudável para o debate, mas

isso também não pode ser razão de paralisia. A palavra "medo" volta e meia aparece quando se questiona a razão da demora nos reajustes dos combustíveis. Existe também a visão de que o conselho, sobretudo na figura dos indicados pela União, é "simpático" a Bolsonaro.

O problema, porém, é mais complexo do que o debate sobre preços. Com as críticas cotidianas à empresa, Bolsonaro mantém a Petrobras na berlinda, em 2022, desde o começo de março, quando surgiu a indicação de Rodolfo Landim, presidente do Flamengo, para a presidência do conselho de administração da empresa. Landim viria a desistir da indicação, assim como fez mais tarde o consultor Adriano Pires, apontado para CEO.

O ponto central de toda essa discussão está na conjuntura do mercado de diesel. Há um desequilíbrio entre oferta e demanda do produto no mundo, o que puxa os

preços para cima. O problema, dizem especialistas, precisa ser analisado também pelo lado do suprimento, o que se vincula às cotizações internacionais do derivado.

Informações de mercado dão conta de que, mesmo depois do reajuste do diesel anunciado na segunda, os importadores não se mexeram. O reajuste da Petrobras foi equivalente a cerca da metade da defasagem existente nos preços domésticos do diesel em relação aos internacionais. Nesse cenário, importadores, sobretudo os de menor porte, não querem trazer produto para vender com prejuízo no mercado interno.

A Petrobras, pelo tamanho, pode fazê-lo porque ao combinar a importação com a produção doméstica chega a um mix mais favorável do ponto de vista comercial. A questão é o limite até onde a empresa pode ir. Se essa situação for levada ao extremo, existe o risco de

a companhia se tornar monopolista no diesel, o que pode representar prejuízos mais elevados na operação, e exigir estrutura logística maior para fazer a importação.

A fonte da alta administração da Petrobras diz que a questão de preço alto não é só no Brasil mas em todo o mundo, e no país há outros fatores, como os tributos estaduais. A empresa, afirma, vem contribuindo com o governo em estudos para minimizar o impacto dos preços: "A Petrobras segue seu rumo dentro do planejamento estratégico e na governança." Citou ainda o dever de diligência dos administradores, o que se reflete no dever em fazer uma gestão "profissional e aderente à legislação". Fontes dizem que tem se tentado repassar o preço de paridade de importação no diesel, mas isolando a volatilidade do mercado. O fato é que, no Brasil, nunca há soluções fáceis. Como disse uma fonte: "O resto é conversa de botequim."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 12 e 13